

Assessores tiram férias para viajar

Miriam Leitão

Mal o presidente Fernando Collor de Mello pôs as mãos no plano econômico de seu governo, embarcaram ontem à noite para a Europa dois dos principais integrantes do grupo reunido por Zélia Cardoso de Mello para elaborá-lo. O economista Eduardo Modiano e o advogado Luis Octávio da Motta Veiga não vão participar do detalhamento do cardápio de sugestões que começa a ser preparado hoje para apresentação ao presidente na próxima segunda-feira. Motta Veiga explicou a Zélia Cardoso de Mello que considera encerrada sua missão, iniciada antes da eleição. O detalhamento, a seu ver, cabe agora às pessoas que vão participar do futuro governo. Portanto, ele deve se afastar — sinal de que está fora de cogitação ocupar uma vaga na equipe permanentemente de Collor.

Motta Veiga viaja de férias, para passar 20 dias na Europa, e depois retoma a presidência da Anglo American. O economista Eduardo Modiano, parte fundamental da montagem do plano de combate à inflação, decidiu gozar já os 10 dias de férias que estavam previamente marcadas e haviam sido adiadas. Ele também disse a Zélia que considera essa primeira missão cumprida, mas se dispõe a voltar, se houver necessidade. Os detalhamentos serão feitos agora pela própria Zélia Cardoso de Mello, seus assessores e o economista Ibrahim Eris.

Futuro — Mesmo que Motta Veiga e Modiano considerem natural esse afastamento, suas ausências reforçaram a impressão de que a equipe de Zélia atravessa uma fase de arrefecimento no entusiasmo que, até o domingo, parecia sinalizar uma definição prévia da participação no governo. A impressão que se tem é que o presidente eleito Collor de Mello fez elogios às idéias apresentadas, mas manteve suas decisões em reserva.

O que ficou muito claro, na opinião dos participantes da reunião, é a força que deverá ter no próximo governo o futuro ministro da Justiça,

José Roberto Serra — 12-4-89



Modiano: férias curtas

Bernardo Cabral. Em mais de uma vez o presidente lembrou, durante a reunião, que era preciso saber o que Cabral achava da idéia. Foi assim, por exemplo, quando se falou do pacto social. E foi assim também quando se falava da privatização. “A viabilidade política de qualquer coisa que depende do Congresso precisa ser discutida com Bernardo Cabral”, explicou Collor, repetindo no caso um erro tático de Sarney, pois a desestatização é uma iniciativa do presidente da República.

Plano — A explicação dada pelos economistas — que ao falar obedeciam o que foi combinado antes, de não se interromperem mutuamente — é que um número muito maior de empresas pode ser privatizado sem que se ouça o Congresso.

E neste programa de privatização o grupo chefiado na reunião por Zélia apostou muito. “A proposta é privatizar tudo o que seja possível privatizar e o mais rápido possível”, afirmou um participante da reunião. Outro explicou que “já se contará com o dinheiro da privatização para o equilíbrio de contas do governo ainda neste ano”. Para isto o presidente anunciaria no primeiro dia de seu governo uma lista de empresas a serem privatizadas e que não dependeriam da autorização do Congresso. “Nesta categoria estão todas as que não foram criadas por lei”, explicou-se na reunião com Collor. Seria divulgada também uma lista de empresas com um cronograma de privatização por leilões. Já se saberia que empresa seria leiloada em que época do ano. “E o importante seria deixar claro que o governo não vai titubear como o atual nesta matéria”, explicou um economista.

Adriana Lorete — 11-11-88



Veiga: passeio na Europa

Os leilões de privatização do governo Sarney implicavam financiamento do BNDES aos vencedores. Agora não haverá mais isto. Não haverá também qualquer subsídio na venda ao público, na parcela normalmente pulverizada nestes processos. Ao contrário do que se considerava no programa não haverá também preferência na venda de ações das empresas aos funcionários destas estatais.

Outra idéia apresentada na reunião com o presidente e destinada a provocar grande polémica é a de abolir ou flexibilizar a reserva de mercado na informática, mas dentro de um plano mais ambicioso de rever as relações com os Estados Unidos. A proposta é transformar o contencioso com os Estados Unidos em mais comércio, através de uma negociação em que se aceite parte das sugestões que eles têm para a economia brasileira, em troca de novas concessões. A dívida externa seria incluída nesta negociação, fazendo-se uma ligação entre comércio e dívida que é frequentemente esquecida pelas autoridades americanas. A abertura da economia brasileira, com mais importações, redução de controle e fim da reserva de mercado, pode representar diminuição da capacidade de pagamento de juros da dívida externa. E é isto que se tentará colocar para as autoridades americanas.

Pacto — Não há uma concordância total entre os participantes da reunião de que seja possível acabar com a indexação da economia através de um pacto social. Alguns acham que o pacto é inviável, porque seria difícil estabelecer quais são os interlocutores e convencê-los a aceitar as óbvias perdas que este plano vai provocar. Os

trabalhadores podem alegar que eles têm um atraso na correção dos seus salários de dois meses (recebem nos primeiros dias de fevereiro a inflação do mês de dezembro).

Outros integrantes do mesmo grupo, como Modiano, por exemplo, acham que a única forma de não se fazer de novo um pacote imposto de cima para baixo é negociar essa desindexação com empresários e trabalhadores. De qualquer forma não foi apresentado ao presidente o pacto como única alternativa para a suspensão da correção dos preços, salários e ativos. “Atuamos como uma assessoria tem que atuar. Apresentamos uma lista, não muito extensa, de caminhos a seguir”, disse um dos integrantes do grupo.

Cortes — O ajuste fiscal será “um trabalho de formiguinha”, disse um dos elaboradores da proposta de corte de despesas. É que em cada um dos itens da proposta consegue-se uma pequena economia. Todos os itens juntos vão permitir ao governo uma receita extra de 4% do PIB ou US\$ 14 bilhões.

Na proposta está prevista a suspensão de todos os subsídios e incentivos fiscais, mantendo-se apenas os do Nordeste e Zona Franca de Manaus, extinção de órgãos com demissão de pessoal e uma correção das tarifas públicas. Em cada um desses casos os economistas sabem que enfrentarão uma infinidade de pressões para que não haja esses cortes. Algumas destas pressões terão sólidos argumentos em sua defesa. Uma das grandes multinacionais instaladas no Brasil discutiu ontem numa reunião do seu board no Brasil o que acontecerá com um dos seus projetos instalados no país. Por contrato eles receberam por 10 anos o direito de não pagar imposto de renda. Garantidos por este contrato fizeram investimentos de US\$ 700 milhões. Estão no sétimo ano, e teriam portanto mais três anos sem pagar impostos. Pelo contrato, se eles ampliassem seus investimentos receberiam mais um período pagando apenas metade do imposto de renda. Eles estão neste momento ampliando os investimentos.

O contrato com o governo poderá ser interrompido assim sem mais nem menos? Eles acham que não. Os economistas que prepararam o plano acham que sim. Mas a última palavra neste e em uma infinidade de casos acabará ficando com o ministro Bernardo Cabral.